

IMPACTOS CAUSADOS PELA COVID-19: UM ESTUDO PRELIMINAR

Delmira Santos da Conceição Silva¹

Marília Barbosa dos Santos²

Maria José Nascimento Soares³

Resumo: O presente artigo objetivou traçar um panorama preliminar sobre a pandemia do coronavírus sobre o ponto de vista histórico, econômico, social e ambiental e apresentar alternativas sustentáveis a fim de ressignificar a relação pessoa-ambiente durante o período de isolamento social. O estudo é de natureza qualitativa e o método de abordagem foi o bibliográfico. Ao final, concluiu-se que a pandemia do coronavírus impactou a economia, a saúde e o meio ambiente, contudo, verificou-se que a Educação Ambiental apresenta alternativas capazes de amortecer os impactos ambientais e psicossomáticos provocados pela quarentena.

Palavras-chave: Coronavírus; Economia; Saúde; Educação Ambiental.

Abstract: This article aimed to outline a coronavirus pandemic preliminary overview on a historical, economic, social, and environmental perspective, and presenting sustainable alternatives to give new meaning on the people-environment relationship during social isolation periods. The study is of qualitative nature, while its approach method was the bibliographic one. At the end, it was concluded that the coronavirus pandemic had an impact on the economy, on health and on the environment, however, it was noted that Environmental Education features alternatives which are capable of mitigating environmental and psychosomatic impacts caused by the quarantine.

Keywords: Coronavirus; Economy; Health; Environmental Education.

¹ Universidade Federal de Sergipe. E-mail: delmirasilva_ufs@hotmail.com.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6073940225946111>

² Universidade Federal de Sergipe. E-mail: maryliabsantos@hotmail.com.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8865845161686312>

³ Universidade Federal de Sergipe. E-mail: marjonaso@academico.ufs.br.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8392706159125796>

Introdução

No contexto atual, sensibilizar a sociedade quanto à exploração desordenada do ambiente natural tornou-se uma necessidade proeminente. Neste aspecto, a Educação Ambiental (EA) apresenta-se com uma estratégia responsável para (re)orientar práticas interdisciplinares, com a finalidade de fazer emergir a corresponsabilidade de cada indivíduo quanto ao uso e apropriação dos recursos disponíveis na natureza (JACOBI, 2003).

O mundo tem vivenciado uma situação atípica, marcada pela pandemia do novo coronavírus. Os primeiros indícios do vírus surgiram em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, China. Pouco mais de seis meses desde a primeira notificação oficial, muito pouco ainda se sabe sobre a COVID-19, exceto sobre seu alto potencial de contágio. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), junto a diversos e renomados centros de pesquisa do mundo, recomendam que as pessoas fiquem em casa. Porém, ficar em casa (mesmo em tempos de pandemia) impacta de diversas maneiras a vida em sociedade e, conseqüentemente, a economia mundial.

A pesquisa foi classificada como qualitativa e o método de abordagem foi o bibliográfico. Este tipo de pesquisa permite a utilização de dados primários e secundários. As informações utilizadas para fundamentar esta pesquisa tiveram, como base, temáticas relacionadas à pandemia do novo coronavírus. Destarte, entende-se que o levantamento bibliográfico é um instrumento metodológico de suma importância na discussão analítica dos temas investigados (SEVERINO, 2007).

Esse artigo objetivou traçar um panorama preliminar sobre a pandemia do coronavírus do ponto de vista histórico, econômico, social e ambiental de modo a apresentar alternativas sustentáveis para ressignificar a relação pessoa-ambiente durante o período de isolamento social. O artigo está estruturado em quatro sessões, a saber: abordagem histórica das principais pandemias mundiais; os (des)arranjos econômicos provocados pelo novo coronavírus; reflexões sobre o isolamento social; alternativas sustentáveis para o período de reclusão domiciliar e, por fim, algumas considerações.

Abordagem histórica das principais pandemias mundiais

Na pós-modernidade, em que as transformações ocorrem muito rápido, as pessoas acostumaram-se com rotinas agitadas e isso não ocorre somente no Brasil, que é um país em desenvolvimento, mas também em outras partes do mundo. Não obstante, hodiernamente, esse frenesi parece não fazer mais sentido. Um vírus manifesta-se como silenciador das nações, a COVID-19 (*Orthocoronavirinae*). Todavia, ele não pode levar o título de único, pois outras pandemias e epidemias já devastaram populações no passado, alterando o rumo da história.

Os surtos das pandemias não são recentes. Consoante Rezende (2009), os primeiros indícios de doenças contagiosas ocorreram com a peste bubônica, praga que acometeu os filisteus, encontrada nos escritos da bíblia: “A mão do Senhor veio contra aquela cidade, com uma grande vexação; pois feriu aos homens daquela cidade, desde o pequeno até ao grande e tinham hemorroidas nas partes secretas” (SAMUEL 1:6-9, A BÍBLIA SAGRADA, 1981, p. 287-289). A peste era vista pelas pessoas como um castigo dado por Deus aos pecados cometidos.

A peste de Atenas foi outra doença devastadora que dizimou milhares de pessoas. Ela surgiu 428 a.C. como o mal mais terrível vivido pela população ateniense. Nem os médicos sabiam como lidar com a doença. Precisavam tratá-la sem ao menos conhecer sua origem, logo eram os principais infectados, pois estavam na linha de frente. Como consequência, muitos foram mortos (REZENDE, 2009).

A peste bubônica ou peste negra provocou profundos impactos para a população dos países europeus. Causada pela bactéria *Yersinia pestis*, inicialmente sua disseminação ocorria pelo contato com pulgas e roedores infectados com o bacilo, transmitido pela bactéria digestiva que se multiplicava. No estágio mais avançado da doença propagava-se pelas vias aéreas, por meio de espirros e gotículas. Entre os sintomas mais frequentes estavam o inchaço dos gânglios linfáticos na virilha, na axila ou no pescoço. Outros sintomas que puderam ser detectados foram febre, calafrios, dor de cabeça, fadiga e dores musculares (FERNANDES, 2020).

Silva (2015) disserta sobre a peste bubônica no Brasil, usando como referência o final do século XIX e início do século XX. Para ele houve “[...] *uma ruptura no enquadramento da peste bubônica*”. Os médicos, cientistas e políticos atribuíram uma nova identidade para a doença no país. Conforme o autor, duas representações tornavam-se fundantes sobre a peste: uma pautada no passado, relacionando a doença a um mal terrível, e a outra ancorada aos novos elementos da ciência, com capacidade para encontrar sua cura.

Assim como a peste negra, a gripe espanhola também se tratava de um mal pouco conhecido pela comunidade científica. Não se conheciam suas causas, nem como ocorria sua proliferação. Os primeiros relatos surgiram em 1918, porém, não se sabia com precisão se os primeiros casos haviam ocorrido na Ásia ou nos campos militares no interior dos Estados Unidos, em decorrência da movimentação das tropas aliadas.

A gripe espanhola recebeu esse nome devido à alta taxa de notificação advinda da Espanha. A doença devastou o povo espanhol provocando altos índices de mortalidade e contágio (CAMOLEZE, 2020). Calcula-se que a gripe espanhola tenha infectado 30% da população mundial. Foram detectados 5 milhões de mortos na Índia, 500 mil pessoas morreram nos Estados Unidos, 375 mil na Itália, 225 mil na Alemanha e 200 mil na Inglaterra e País de Gales.

Em Samoa, na Polinésia, 25% da população foi devastada e, no Alasca, comunidades inteiras de esquimós desapareceram (GURGEL, 2013).

Em estudos realizados no final do século XX, por meio da exumação e necropsia de mortos congelados em sepulturas no Alasca e em uma ilha da Noruega, identificou-se que a gripe espanhola é pertencente ao tipo H1N1 (GURGEL, 2013). A pandemia de influenza ocorreu em 2009 no México, causado pelo novo subtipo de vírus da gripe, denominado inicialmente influenza pandêmica (H1N1)2009. Em setembro de 2011, a Organização Mundial de Saúde (OMS) padronizou o nome do vírus para influenza A (H1N1) pdm09 de origem suína (FELINTO; ESCOSTEGUY; MEDRONHO, 2019). Não se tem clareza sobre o modo de transmissão da doença.

Em relação ao tratamento do vírus influenza A(H1N1) sugeria-se manter o afastamento social até que se comprovasse as causas de contaminação do vírus pelo paciente, bem como usar máscaras cirúrgicas descartáveis; evitar o compartilhamento de objetos de uso pessoal; evitar tocar os olhos, o nariz e a boca; lavar com frequências as mãos com água e sabão, (principalmente após tossir ou espirrar) e manter o ambiente ventilado (MACHADO, 2009).

O Ebola (DVE), cujo nome faz referência a um rio situado no norte da República Democrática do Congo, faz parte do grupo de vírus que dizimou milhares de pessoas e tornou-se conhecido em todo o mundo pela sua letalidade e poder de devastação. O vírus teve origem na África Ocidental em 2014 e afetou principalmente os países da Libéria, Guiné e Serra Leoa, localidades que concentravam altas taxas de pobreza e vulnerabilidades, fato que contribuiu consideravelmente para o agravamento da doença. Sampaio e Schütz (2016) apontam que os pacientes que foram cuidados em ambientes hospitalares qualificados possuíam mais chances de recuperação.

O DVE é da família (*filoviridae*). Em sua fase inicial não são especificados os sintomas, ainda assim alguns pacientes evoluem rapidamente para a forma hemorrágica grave com sangramentos nas mucosas, intestino, útero e eventual falência múltipla dos órgãos, que na maior parte dos casos torna-se fatal, podendo alcançar 90% de letalidade. Entre os sintomas mais frequentes incluem dores de cabeça e abdominais, febres repentinas e incessantes, cansaço intenso, conjuntivite, náuseas, anorexia, diarreia, irritabilidade e hemorragias internas e externas (MSF, 2012).

A transmissibilidade do DVE não acontece pelo ar como outras doenças infectocontagiosas, mas pelo contato direto com sangue ou outros fluidos corporais, tais como secreções (sangue, fezes, urina, saliva e sêmen) de humanos, animais ou cadáveres, cuja carga viral é altamente infectante, sendo necessários cuidados específicos para não transmitir e disseminar a doença por meio de pessoas infectadas (SAMPAIO; SCHÜTZ, 2016).

Na atualidade, vive-se uma grave crise no sistema de saúde global em que hospitais públicos e privados vivenciam um colapso. A humanidade

conheceu um vírus tão ou mais letal que os outros. O vírus originou-se em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China, e alastrou-se rapidamente por todo o mundo. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (PAS, OMS, 2020) emitiu alerta sobre a COVID-19, caracterizando-a como emergência pública internacional.

No total, são sete coronavírus humanos (HCoVs). Dentre os que foram identificados são: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV (causador da síndrome respiratória aguda grave), o MERS-COV (vírus causador da síndrome respiratória no Oriente Médio) e, recentemente, o novo coronavírus que inicialmente recebeu o nome de 2019-nCoV e, posteriormente, SARS-CoV-2, responsável por causar a doença COVID-19 (PAS/OMS, 2020).

Silva (2020) expõe que algumas medidas precisam ser tomadas para impedir a disseminação do novo coronavírus. O autor cita como referência a China, que protegeu seus médicos com equipamentos individuais e disponibilizou testes e resultados rápidos, identificando os assintomáticos e reforçando as medidas de proteção, tais como o isolamento social.

Dentre as pandemias e epidemias citadas no texto, é possível inferir o que elas têm em comum: a vulnerabilidade do ser humano. Por mais que nossos antepassados ou até nós mesmos tenhamos experiências com doenças infectocontagiosas, nunca sabemos como de fato enfrentar a ameaça.

Os (des)arranjos do setor econômico frente à pandemia da COVID-19

Estruturas econômicas de todo o mundo foram abaladas pela pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), principalmente os países designados como subdesenvolvidos ou emergentes. Contudo, devido ao grande impacto provocado pela COVID-19, até os países mais articulados financeiramente tiveram suas economias abaladas. Economistas ortodoxos e heterodoxos, bem como pensadores sociais, tentam explicar e encontrar uma solução que possa mitigar os impactos negativos causados pelo novo coronavírus ao sistema financeiro global.

De acordo com Senhoras (2020), a repercussão do novo coronavírus no mercado financeiro mundial aconteceu de forma assimétrica, podendo ser explicado pela natureza transescalar e intertemporal. O caráter transescalar diz respeito à forma como o mundo inteiro foi afetado pelo surto da COVID-19, gerando impactos negativos no mercado financeiro, na produção e no consumo. Enquanto o caráter intertemporal pode ser entendido mediante os efeitos provocados pelo vírus em curto, médio e longo prazo afetando, sobretudo, o abastecimento de microeconomias, as cadeias de produção e a aceleração de macroeconomias internacionais, a exemplo dos Estados Unidos e da China.

Rosa Maria Marques, professora titular do Departamento de Economia da PUC/SP, sinaliza que o impacto da crise econômica decorrente da COVID-

Revbea, São Paulo, V. 15, Nº 4: 128-147, 2020.

19 é avassalador, principalmente para os países que não fazem parte do seleto grupo dos desenvolvidos. Conforme a autora, por conta da globalização e da organização da economia mundial em rede, até mesmo os lugares não afetados pelo vírus sofreram consequências, uma vez que a pandemia obrigou a paralização de atividades que injetam recursos em todos os setores econômicos, o que ocasionou uma queda exponencial de emprego e renda.

De acordo com o Banco Mundial, o impacto causado pela pandemia do novo coronavírus implicará na contração do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 5% no ano de 2020. Lacerda (2020, n/p.) aponta que “Tudo vai depender, além da extensão da pandemia, principalmente, da ousadia, agilidade e eficácia na adoção de políticas e medidas em contraponto à crise”. Sabe-se que não é possível enfrentar uma pandemia tão devassadora quanto à COVID-19 sem grandes perdas, entretanto, podem ser criadas alternativas para tornar seu impacto menor.

Especialistas divergem posicionamentos, principalmente em relação ao isolamento social. Não se chegou a um consenso sobre a manutenção do isolamento ou priorização da economia, visivelmente estremecida por conta da pandemia. O Brasil vem demonstrando não possuir estrutura para o enfrentamento da doença. Em consequência, milhares de pessoas encontram-se desamparadas, o que tem gerado uma catástrofe socioespacial. Todavia, o mais importante no momento é priorizar as necessidades humanitárias e buscar soluções e alternativas a médio e longo prazo.

No entanto, não é de hoje que o país abarca divergências quanto à heterogeneidade, desde o período colonial a riqueza do Brasil se concentrava nas mãos de uma pequena parcela da sociedade em detrimento da maior parte da população que se encontra em situação de vulnerabilidade e pauperização extrema. Apesar do histórico de lutas pela legitimação de direitos, o país ainda se caracteriza pelo expressivo quadro de desigualdade socioespacial, socioeconômica e educacional.

No momento atual, espera-se do Estado ações que possam mitigar os estragos causados pela COVID-19 ao país, bem como promover bem-estar social, trabalho e renda para a população, visto ser altíssimo o número de pessoas, grupos, entidades e empresas que estão em situação de alta vulnerabilidade. É notório que algumas ações têm sido aprovadas no Congresso Federal, tais como o auxílio emergencial e o seguro-desemprego. Não obstante, elas ainda se mostram tímidas, pois o estágio calamitoso pelo qual se encontra o Brasil requer atuações mais contundentes (COLOMBI *et al.*, 2020).

[...] Até o momento, as medidas estão muito distantes, inclusive algumas vão na contramão, do que muitos países estão adotando visando a minimizar os efeitos deletérios da crise à saúde, às relações de trabalho e à economia como um todo (COLOMBI *et al.*, 2020, p.08).

Talvez esteja no setor agrícola, especialmente na agricultura familiar, a solução para o enfrentamento dos gargalos resultantes dessa pandemia. A ampliação de políticas existentes, tais como a disponibilização de recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); adaptação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); renegociação das condições do crédito rural e seguro agrícola poderiam ser uma saída, visto que o setor é responsável por proporcionar emprego e renda, pois “[...] *a agricultura familiar pode ser fornecedora exclusiva dos gêneros básicos, mas, mais do que isso, ela poderia contribuir inclusive na gestão dos empreendimentos, sobretudo em parceria com associações e cooperativas [...]*” (GRISA; NIEDERLE, 2020, s/p).

Contudo, estas ações não são suficientes. É importante fortalecer a demanda pelos produtos fornecidos pela agricultura familiar, bem como oferecer subsídios para concorrer de forma igualitária com o agronegócio. Vale ressaltar que as políticas desenvolvidas para o meio rural são direcionadas, principalmente, ao agronegócio, pois ele possui garantias como a renda e a própria terra, elementos distantes da realidade dos agricultores familiares. Outro ponto é que a produção por vias do *agrobusiness* provoca impactos negativos ao meio socioambiental e econômico, visto concentrar riquezas para um determinado grupo social e mazelas para outros.

Luiz Gonzaga Belluzzo, professor titular do Instituto de Economia da Unicamp, aponta três formas para se reconstruir o sistema financeiro: ações do Estado, Banco Central e política fiscal. Em relação a esses três itens é fundamental que haja significativas articulações políticas, desenvolvidas pelos três entes federados (União, Estados e Municípios), bem como as ações das casas legislativas e os poderes judiciários. Sem essa conexão torna-se mais difícil salvaguardar os direitos fundamentais dos indivíduos, dentre eles “a vida”.

Por conta da desestruturação sanitária pelo qual passa o país, estados brasileiros têm tomado decisões independentes para tentar manter a liquidez de seus orçamentos, indo na contramão das propostas desenvolvidas pelo Governo Federal. O então presidente, Jair Messias Bolsonaro, na atual conjuntura tem concentrado suas ações mais para o âmbito econômico. No entanto, os mais impactados pela doença são as pessoas em vulnerabilidades. Nesse tocante, alguns aspectos devem ser considerados, dentre eles: a economia mundial já estava enfrentando um processo de desaceleração; a própria China, segunda maior potência econômica do mundo, já não vinha crescendo como nos últimos anos, conquanto o que está entrando em pauta no momento é a forma abrupta como as economias foram afetadas em detrimento do surto pandêmico provocado pela COVID-19. Sintetizando:

O dinheiro ingressa na circulação com a benção do Estado, o cobrador de impostos, e a unção das relações de propriedade, isto é, decorre das relações estabelecidas entre credores e devedores, mediante a cobrança de uma taxa de juros. No circuito da renda monetária, os gastos privados e públicos precedem a coleta de impostos. As razões são óbvias. Não há como recolher impostos, se a renda não circula (BELLUZO, 2020, n/p).

Belluzo (2020) entende que os laços que uniam a renda monetária foram desfeitos em virtude da pandemia, conforme o autor, os proprietários privados, a força de trabalho, a propriedade que legitimava a apropriação da renda e da riqueza foram excluídos, o que acarretou em expressivas modificações no mercado financeiro, bem como no comportamento dos consumidores e na forma de trabalho das empresas.

Vale ressaltar que a problemática relacionada à economia e ao setor social no Brasil vai para além da questão monetária. Trata-se de um aspecto estrutural, visto que de um lado está uma pequena parcela da sociedade, elite abastada, que está em isolamento social, mas gozam de todos os bens de consumo e serviços. Do outro lado, estão inúmeros trabalhadores formais e informais, a massa braçal brasileira que todos os dias precisa enfrentar problemas relacionados à moradia, ao saneamento básico, ao transporte, dentre outros, entretanto continuam exercendo suas atividades trabalhistas (essenciais e não essenciais), expondo-se aos riscos e transtornos gerados pela COVID-19, já que necessitam levar alimento para seus lares. É singular que o Estado paternalista seja o protagonista, forneça políticas que busquem sanar os problemas sanitários, econômicos, como também os problemas sociais que têm assolado o país desde o período colonial.

Isolamento social: causas e efeitos

Depois do dia 31 de dezembro de 2019 o mundo mudou. Quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi notificada sobre o aumento considerável de supostos casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China, a humanidade não foi mais a mesma (THOMPSON, 2020; BEZERRA, et al., 2020). Em poucas semanas o isolamento social passou de uma medida local para uma medida internacional, tornando-se o método mais eficaz no combate à disseminação da nova pandemia: a COVID-19 (WHO, 2020). O vírus espalhou-se com rapidez pelo planeta, transformando drasticamente as relações interpessoais para um novo *status*: *online* e *offline*. É evidente que a efervescência do mundo digital já fazia parte da vida em sociedade. No entanto, surpreendidos por um momento atípico, a situação não apresenta tanto conforto como antes. A sociedade encontra-se refém deste novo status e a sensação de que o controle da

situação foi perdido tem visitado constantemente o cotidiano das pessoas (PONDE, 2020).

Em entrevista concedida à CNN Brasil, Leandro Karnal, escritor, historiador e professor da Universidade de Campinas (Unicamp), explica que três acontecimentos podem acelerar processos históricos já em curso e provocar mudanças irreversíveis na sociedade, a saber: as guerras, as revoluções e as epidemias. Nesse sentido, Karnal (2020) comenta que essa mudança atual, provocada pela COVID-19, pode modificar profundamente o *modus operandi* da sociedade em todos os âmbitos e, por essa razão, torna-se fundamental fazer uma profunda reflexão sobre os desafios que precisarão ser enfrentados durante e depois da pandemia.

Nesse ínterim, algumas expressões começaram a frequentar o cotidiano da população: “quarentena”, “distanciamento social”, “restrição à circulação”, “*lockdown*”. A sociedade foi (literalmente) obrigada a substituir, em um curto espaço de tempo, abraços por *emojis*, reuniões e aulas presenciais por vídeo conferências, turismo tradicional por turismo virtual, escritórios por *home office*, apresentações artísticas por *lives*. Na atualidade, o planeta tem buscado se (re)inventar, se (re)adaptar, mudar hábitos, repensar conceitos, (re)descobrir novos valores, refletir sobre perspectivas distintas, desterceirizar funções e preencher o tempo, visivelmente abalado por sua abundância.

Infelizmente, a urgência da situação atual não possibilitou que a humanidade passasse por um estágio adaptativo. O isolamento social trouxe consigo consequências positivas e negativas. Em artigo publicado pelo *The Financial Times*, o historiador e escritor israelense Yuval Noah Harari (2020) comenta que a crise global desencadeada pelo novo coronavírus possui uma forte tendência transformadora. Essa transformação, segundo o autor, atingirá além dos sistemas de saúde, a economia, a política e a cultura. E a humanidade, ainda coadjuvante dessas mudanças, precisará se adaptar rápido, pois em um futuro não muito distante, a vida que foi (e será) deixada para trás não se adaptará às novas tendências mundiais.

Nesse sentido, nota-se que a crise protagonizada pelo coronavírus tem enaltecido o interesse participativo por diversas ações coletivas, mesmo à distância. Exemplo desse movimento é a disseminação em massa de campanhas encabeçadas por diversas redes sociais, a exemplo da *Stay at home* (Fique em casa). Em tempos de pandemia, ficar em casa (para quem pode) tem sido considerado um ato de responsabilidade social. Do ponto de vista clínico, ficar em casa é a fórmula mais eficaz para amortecer o impacto da transmissão do novo coronavírus (GANEM, F, *et al.*, 2020), posto que “[...] começamos a ver o impacto positivo das medidas de isolamento social e das medidas de higiene adotadas pela população”, relata o médico infectologista Júlio Croda, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ *apud* FIORAVANTI, 2020). Todavia, o fato de estar em casa não pode limitar a ação concreta, uma vez que “[...] o isolamento físico tem que ser usado para produzir pensamento social e para atuar coletivamente, em rede” (BRUM, 2020, s/p).

Revbea, São Paulo, V. 15, Nº 4: 128-147, 2020.

À vista disso, ações voluntárias presenciais também têm se destacado neste período de pandemia como as campanhas solidárias favorecidas por empresas, Organizações não Governamentais (ONGs) e sociedade civil. Essas campanhas têm como principal objetivo a prestação de serviços a pessoas em situação de vulnerabilidade. As ações são inúmeras e se estendem à doação de máscaras e álcool gel; à distribuição de marmitas em vias públicas; à arrecadação e distribuição de alimentos e itens de higiene pessoal; às prestações de pequenos serviços a idosos e a deficientes físicos, como ir à farmácia, à feira ou ao supermercado, evitando que estas pessoas, correspondentes ao grupo de risco, fiquem expostas ao COVID-19.

O apoio psicológico voluntário *online* também tem se destacado como serviço essencial. Este apoio destina-se a reunir profissionais inscritos nos Conselhos Regionais de Psicologia para dar suporte psicológico à população durante o período de reclusão. O documento da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) considera que toda população está sujeita a sofrer tensões e angústias em graus distintos, uma vez que “[...] *do ponto de vista da saúde mental, uma epidemia de grande magnitude implica em uma perturbação psicossocial que pode ultrapassar a capacidade de enfrentamento da população afetada*” (OPAS/OMS, 2009, p. 4).

O cuidado com a saúde mental deve estar na lista de prioridades neste período de isolamento e distanciamento social. A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) publicou uma cartilha com recomendações gerais para a saúde mental durante a pandemia. A cartilha explica que algumas das reações mais frequentes nesse período é o medo (de contrair e doença e de infectar outras pessoas), a angústia, a solidão, a tristeza, a insônia. Para reverter esse quadro, o documento sugere que a população invista no diálogo (mantendo ativa a rede socioafetiva), nos exercícios físicos (mesmo que em ambiente restrito), na meditação, na leitura, na participação em ações solidárias (presenciais ou à distância). O leque de possibilidades é vasto e pode ajudar a amortecer a sobrecarga de informações (BRASIL, 2020).

Este período de pandemia também fez despertar um dos princípios mais refinados da existência humana: a solidariedade. A solidariedade passa pela esteira da empatia, porém, não é nela que se encerra, vai além! A discussão sobre empatia diz respeito ao exercício de colocar-se no lugar do outro, o da solidariedade diz respeito à preocupação alheia e o quanto as atitudes humanitárias são capazes de minimizar a angústia dos mais necessitados. Waal (2010, p. 130) comenta que “[...] *A solidariedade difere da empatia pelo fato de ser proativa. [...] A solidariedade [...] reflete nossa preocupação com o outro e um desejo de fazer com que a situação melhore*”. Essa desaceleração forçada promoveu o reestabelecimento de relações vitais que haviam sido minimizadas pelo frenesi da vida em sociedade. O próprio exercício da solidariedade transita pela experiência da coparticipação comunitária. Nesse contexto, fica evidente que a pandemia do coronavírus (apesar da tragédia acometida) potencializou a união colaborativa.

À vista disso, a busca por outros recursos pode representar uma saída criativa. Karnal (2020, n/p) comenta que a “[...] a esperança é sempre a vitória da vontade de um mundo melhor”. Por essa razão, o exercício da esperança também pode ser apresentado como um alento para a humanidade, visto que a incerteza em relação à retomada da vida em sociedade, ao fim do isolamento social e à descoberta da vacina para a COVID-19 ainda são incógnitas para os centros de pesquisa de todo o mundo. Contudo, esta não pode ser uma esperança qualquer. Para Freire (1992, p. 110-111) “*É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; [...]. Esperançar é se levantar, [...] ir atrás, [...] construir, [...] não desistir! [...] esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo*”.

Ao exercitar a esperança proposta por Freire (1992), almeja-se que a humanidade solidifique o desejo do “fazer acontecer”, visto que “[na] sua essência, a esperança é, antes, um horizonte que se descortina, um apelo que nos convida a caminhar e a ir sempre adiante [...]” (ROCHA, 2007, p. 259). Também se espera que o espírito colaborativo ascenda em prol dos que mais necessitam de assistência, seja esta econômica, social, psicológica, física ou emocional e que a união de esforços conquistados/retomados durante esse período não seja perdido na pós-pandemia (CORTELLA, 2020).

Educação Ambiental e a relação pessoa-ambiente em tempos de pandemia: alternativas sustentáveis

A educação, enquanto compreendida como prática social (BRANDÃO, 1993), propõe-se a auxiliar a sociedade na busca por um desenvolvimento que tenha como base o exercício da sustentabilidade. Neste contexto, a educação tem sido entusiasmada a estimular novas práticas – teóricas e metodológicas – que sejam capazes de transformar o *modus operandi* da sociedade em suas distintas dimensões (social, ambiental, econômica), visando à formação irrestrita do homem (DANTAS; SANTOS; SOARES, 2019).

A discussão acerca das práticas sociais, em um cenário marcado pela degradação ambiental, envolve indispensável integração de sentidos sobre Educação Ambiental (EA). Nesse cenário, a dimensão ambiental tem se apresentado como uma proposta que busca envolver atores da área educacional, a fim de potencializar o comprometimento e o compartilhamento de conhecimento por meio de práticas interdisciplinares. Com isso, almeja-se que a produção do conhecimento contemple as inter-relações coexistentes entre natureza e sociedade, “[...] incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento” (JACOBI, 2003, p. 190).

A EA emerge em um contexto marcado por pressões internacionais estimuladas tanto pela insatisfação popular, frente ao modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos países após a Segunda Guerra

Mundial, quanto pela degradação ambiental, incentivada pelo sistema econômico vigente. Nessa conjuntura, ela integra-se a uma proposta que seja capaz de (re)direcionar a sociedade a um novo marco civilizatório no que se refere a interação sociedade/natureza (DANTAS; SANTOS; SOARES, 2019). Assim, a EA foi sendo solidificada por meio de estratégias emergidas em reuniões e conferências intergovernamentais, com a colaboração de Organizações não governamentais (ONGs) e movimentos sociais, ecológicos e ambientais (DIAS, 2004).

Desse modo, a EA apresenta-se como aliada junto ao desenvolvimento de práticas que sejam capazes de minimizar os impactos desencadeados pela deturpada relação sociedade/natureza. Em tempos de isolamento social – marcado pela pandemia do novo coronavírus – a sociedade tem experimentado uma reclusão necessária, porém, a experiência do confinamento precisa ser administrada de modo a transformar o ambiente no qual as pessoas estão isoladas em um lugar que lhes agregue sentido além da proteção física e que possa proporcionar conforto, relaxamento e produtividade. Logo, a prática da EA, associada à interdisciplinaridade, pode resgatar esses requisitos, na perspectiva de tornar esse período menos estressante e mais tranquilo do ponto de vista clínico.

Desde o início do isolamento social, profissionais de diversas áreas têm chamado atenção quanto aos cuidados com a saúde mental. A Organização Mundial da Saúde comenta que as consequências do confinamento, provocado pelo novo coronavírus, podem acarretar aumento considerável dos níveis de estresse, ansiedade e medo. A fim de minimizar o impacto da pressão psicológica, a OMS recomenda reduzir o consumo de informações que possam causar insegurança, manter uma alimentação saudável e criar uma rotina de atividades para ocupar o tempo (OMS, 2020).

Para amortecer os impactos desse quadro sugere-se recorrer ao apoio interdisciplinar fundamentado na relação entre a EA e a Psicologia Ambiental. Moser (1998, p. 122) explica que “[...] a especificidade da Psicologia Ambiental é a de analisar como o indivíduo avalia e percebe o ambiente e, ao mesmo tempo, como ele está sendo influenciado por esse mesmo ambiente”. Por isso, ao associar a EA e a Psicologia Ambiental, verifica-se que juntas, estas abordagens “[podem] contribuir significativamente para favorecer a transformação das relações, [...] e desenvolver comportamentos, atitudes e valores que possam promover vidas sustentáveis nesse planeta” (HIGUCHI; KUHLEN; PATO, 2019, p. 12). Melo (1991, p. 86) comenta que cientistas comportamentais já se debruçavam em estudos referentes à “[...] interferência dos fatores do ambiente, como: luz, ventilação etc., [e] sobre o desempenho do homem em seu trabalho, visando a uma maior produtividade”.

Nesse caso, entende-se que a relação pessoa-ambiente interfere significativamente nas atividades desenvolvidas no cotidiano das pessoas. O ambiente residencial caracteriza-se por proporcionar aos moradores proteção e privacidade. A moradia constitui um direito básico do homem e representa,

além da territorialidade, aspectos que dizem respeito à sociabilidade, identidade e pertencimento. Como a recomendação é ficar em casa, acredita-se que este seja o momento propício para o desenvolvimento de atividades que instiguem reciprocidade entre as pessoas e os ambientes.

Tornar o ambiente domiciliar agradável, física, social e esteticamente, em tempos de isolamento social, não tem sido tarefa fácil. Com a suspensão das atividades presenciais e a permanência no confinamento domiciliar, a sociedade precisou se reinventar com criatividade, alternativas, expertise e engenhosidade, visando transformar o ambiente doméstico em um local que abrigue trabalho, lazer, conforto e que não lhe isente de seus encargos enquanto cidadão responsável pela conservação do planeta em que habita. Ao apresentar a relação entre a Psicologia Ambiental e a EA, entende-se que a práxis do homem tem provocado impactos ambientais que interferem tanto na vida humana, quanto na vida não humana. Por essa razão, evidencia-se o quanto a interação entre essas duas áreas é de fundamental relevância. *“Importante destacar que a Educação Ambiental que se apresenta aqui tem seu foco não no ambiente físico [...] mas no desenvolvimento pessoal, social e ambiental de maneira inter-relacionada [...]”* (PATO; DELABRIDA, 2019, p. 44). As autoras comentam que a EA busca discutir sobre o modo como as pessoas relacionam-se no ambiente que habitam.

Ao compreender como se dá a interação do homem com o meio ambiente verifica-se que, além da relação eminentemente orgânica, emerge também um dinamismo sociocultural. Tuan (2012) comenta que a cultura impacta significativamente na relação pessoa-ambiente. Nessa perspectiva, Kuhnen, Improta e Silveira (2009) pontuam que o que está em jogo não é a crise ambiental, mas uma crise que afeta o relacionamento das pessoas em seus espaços de convivência. Tuan (2012) considera esta hipótese na medida em que acredita que os problemas relacionados ao meio ambiente estão diretamente vinculados aos valores e às ações que cada pessoa executa em seus espaços de interação.

O comportamento humano também diz muito sobre a relação pessoa-ambiente. Nesse sentido, entende-se que, para que haja uma mudança de comportamento das pessoas em relação às questões ambientais, faz-se necessário o exercício constante da educação. Contudo, nesse cenário de pandemia, no qual os ambientes (externos e internos) precisaram ser resignificados, o ambiente domiciliar tem se apresentado como um oportuno laboratório para o desenvolvimento de atividades que estimulem práticas sustentáveis, com vistas a suscitar o equilíbrio mental, social e ambiental nesse momento atípico vivenciado por todos (ZACARIAS; HIGUCHI, 2017).

Sousa e Higuchi (2019, p. 139) comentam que *“[...] os ambientes restauradores são aqueles capazes de restaurar a atenção da fadiga gerada pela concentração em atividades específicas e repetidas a que as pessoas são submetidas em sua vida cotidiana”*. Inúmeras pesquisas têm comprovado a hipótese de que os ambientes naturais propiciam efeitos restauradores em

diferentes espaços de inserção. Raanaa *et al.*, (2011) verificaram significativo desempenho de produtividade em profissionais que atuavam em ambientes cercados por elementos naturais (plantas, iluminação natural). Kaplan (1993) constatou, em estudo empírico, que a presença da natureza em ambientes de trabalho foi capaz de agregar, além de bem-estar, eficácia no desempenho das funções laborais. Em estudo desenvolvido por Pilotti *et al.*, (2014) constatou-se que, ao assistirem um vídeo com a temática natureza após um dia de trabalho, os indivíduos apresentaram mais energia no cumprimento das tarefas e significativo desempenho de memória.

Dada à relevância das pesquisas supracitadas, acredita-se que o contato com elementos naturais ressignifica a relação pessoa-ambiente. Ao entender como se configura essa relação – que envolve distintos aspectos – torna-se possível compreender, não só os aspectos que dizem respeito ao ambiente natural, mas também àqueles que fazem emergir comportamentos considerados sustentáveis (ZACARIAS; HIGUCHI, 2017). A relação pessoa-ambiente parte da premissa de que mudanças ocorridas em ambientes alteram significativamente o comportamento e a relação da pessoa com o ambiente (GIFFORD, 2005). Nesse sentido, a Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente (ABRAPA) recomendou a prática de hábitos domésticos, com a finalidade de transformar o espaço domiciliar em um ambiente restaurador, com vistas a amortecer os impactos psicossomáticos provocados pela quarentena e incentivar a adoção de comportamentos sustentáveis que estimulem a retomada do cuidado e da conservação ambiental, mesmo que em área restrita (residencial):

Procure ouvir músicas calmas que envolvam sons da natureza como o canto de pássaros ou o barulho do mar.

Procure ir de vez em quando na janela, ou no quintal se tiver, para olhar o céu e árvores.

Escolha um espaço criativo em sua casa, use a imaginação para visualizar imagens naturais como cachoeiras, florestas ou jardim.

Se tiver quintal em casa com plantas, procure admirá-las por alguns minutos.

Visualize fotos de paisagens, assista filmes e vídeos que envolvam belezas naturais, essa vivência reduz pensamentos negativos e auxilia na diminuição do estresse.

Se tiver plantas em casa, deixe-as em lugares bem visíveis e frequentados.

Procure manter sua casa organizada (ABRAPA, 2020, n/p).

O ambiente domiciliar é regado de sentidos e significados, por isso, atribui-se ao espaço casa, além de outros aspectos, características emocionais e afetivas que vão refletir diretamente na relação que cada indivíduo estabelece com este ambiente. “*Diante das características físicas do ambiente,*

a natureza revela-se como fator de agradabilidade, e sua ausência poderia gerar perdas para o bem-estar [...]” (SOUSA; HIGUCHI, 2019, p. 150). Nesse sentido, acredita-se que o exercício de atividades que estimulam o contato com espaços/áreas verdes pode entusiasmar tanto a promoção de práticas de conservação quanto o equilíbrio emocional.

Enquanto não há certeza quanto ao fim do isolamento social, cada indivíduo é convidado, no âmbito da reclusão domiciliar, a rever comportamentos que, de maneira direta ou indireta, possam estar provocando impacto negativo ao ambiente. Para tal reflexão, sugere-se a adesão de práticas interdisciplinares propostas pela EA e pela Psicologia Ambiental, no intuito de ressignificar positivamente a relação pessoa-ambiente com vistas a suscitar ações educativas, criativas e inovadoras que sejam capazes de assegurar equilíbrio social, emocional e ambiental neste período de confinamento social.

Algumas considerações

A pandemia do novo coronavírus não afetou apenas a saúde de milhões de pessoas. Ela também provocou profundas implicações à economia, às formas de relacionamentos e às questões ambientais. Com a pesquisa foi possível verificar que, embora as consequências da COVID-19 sejam gigantescas, há alternativas que podem mitigar seus impactos tais como as políticas de recuperação da economia, o isolamento social e as práticas estimuladas pela Educação Ambiental e pela Psicologia Ambiental.

Em detrimento das medidas de isolamento social, as pessoas tiveram que se reinventar, se redescobrir e se adaptar, nunca ficar em casa trouxe tantas reflexões. Por outro lado, as preocupações fazem-se presentes, principalmente com os cenários futuros. Nesse sentido, foram apontados caminhos que podem trazer resultados significativos em médio e longo prazo, afinal, entende-se que a vida, individual ou coletiva, deve ser a prioridade do Estado. Por conseguinte, todas as ações devem convergir para que a humanidade consiga sair dessa crise revitalizada e ressignificada.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001; a Universidade Federal de Sergipe.

Referências

ABRAPA. Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente. **Como tornar a sua casa um ambiente restaurador nesse momento?** Disponível em: <<https://abrapa-rpa.org/f/como-tornar-a-sua-casa-um-ambiente-restaurador-nesse-momento>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

Revbea, São Paulo, V. 15, Nº 4: 128-147, 2020.

ALMEIDA, B.A. *et al.* Preservação da privacidade no enfrentamento da COVID-19: Dados pessoais e a pandemia global. **Cien Saude Colet**, 2020. Disponível em: <<http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/preservacao-da-privacidade-no-enfrentamento-da-covid19-dados-pessoais-e-a-pandemia-global/17570>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

ALMEIDA, J.F. (Trad.). **A BÍBLIA SAGRADA**. 50ª Ed.- Rio de Janeiro, imprensa Bíblica Brasileira, 1981. 2547p.

BELLUZZO, L.G. **Emissão monetária, dívida e crise**. Disponível em: <<http://www.fundacaoastrojildo.com.br/2015/2020/05/05/luiz-gonzaga-belluzzo-emissao-monetaria-divida-e-crise/>>. Acesso em: 24 abr. 2020.

BEZERRA, A. *et al.* Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. **Cien Saude Colet**, 2020. Disponível em: <<http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/fatores-associados-ao-comportamento-da-populacao-durante-o-isolamento-social-na-pandemia-de-covid19/17551?id=17551&id=17551>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. 28ª ed. São Paulo: Brasiliense, Coleção primeiros passos, 1993. 120p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19, 2020. **Recomendações gerais**. Disponível em: <<https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/04/Sa%c3%bade-Mental-e-Aten%c3%a7%c3%a3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-recomenda%c3%a7%c3%b5es-gerais.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

BRUM, E. O futuro pós-coronavírus já está em disputa. **El País**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-04-08/o-futuro-pos-coronavirus-ja-esta-em-disputa.html?event_log=oklogin&o=cerrbr&prod=REGCRARTBR>. Acesso em: 06 mai. 2020.

CAMOLEZE, E. As principais pandemias de gripe dos últimos séculos. **Faculdade Qualitas**, abr. 2020. Disponível em: <<https://www.qualittas.com.br/blog/index.php/as-principais-pandemias-de-gripe-dos-ultimos-seculos/>>. Acesso em: 01 de mai. 2020.

COLOMBI, A. P. *et al.* **Emprego, trabalho e renda para garantir o direito à vida**. GT – Mundos do Trabalho: Reformas, do CESIT. Disponível em: <<http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2020/04/Versa%CC%83o.final.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

CORTELLA, M. S. **O Mundo Pós-Pandemia: Traumas e Superação**. Entrevista concedida a CNN Brasil Novus Mídia S.A. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hrC3IF9N5fs>>. Acesso em: 02 mai. 2020.

DANTAS, J.O.; SANTOS, M.B.; SOARES, M.J.N. Educação Ambiental e Educação do Campo: distanciamento epistemológico e aproximações pedagógicas. **Anais EPEA**, 2019. Universidade Federal de Sergipe, 2019. Disponível em: <http://epea.tmp.br/epea2019_anais/pdfs/plenary/0262-1-B-01.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2020.

DIAS, G.F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9ª ed. São Paulo: Gaia, 2004. 551p.

FELINTO, G.M.; ESCOSTEGUY, C.C.; MEDRONHO, R.A. Fatores associados ao óbito dos casos graves de influenza A(H1N1)pdm09. **Cad. Saúde Colet.**, 2019, Rio de Janeiro, v. 27, nº1: p.11-19.

FERNANDES, C. **Peste Negra**. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-media/peste-negra.htm>>. Acesso em: 01 maio 2020.

FIORAVANTI, C. Isolamento social reduz taxa de transmissão do coronavírus na Grande São Paulo. **Pesquisa FAPESP**. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/2020/04/08/isolamento-social-reduz-taxa-de-transmissao-do-coronavirus-na-grande-sao-paulo/>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 245p.

GANEM, F. *et al.* The impact of early social distancing at COVID-19 outbreak in the largest Metropolitan Area of Brazil. **MedRxiv**. Disponível em: <<https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2020.04.06.20055103v2>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

GIFFORD, R. O papel da Psicologia Ambiental na formação da Política Ambiental e na construção do futuro. **Psicologia USP**, v. 16, n. 1-2, 2005, p. 237-247.

GURGEL, C.B.F.M. 1918: a gripe espanhola desvendada? **Rev. Soc. Bras. Clin. Med.** v.11, nº4, out-dez, p.380-5, 2013.

GRISA, C.; NIEDERLE, P. É urgente inovar nas políticas alimentares fortalecendo a agricultura familiar. **Ed. Opinião pública**, maio 2020. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/05/e-urgente-inovar-nas-politicas-alimentares-fortalecendo-a-agricultura-familiar-por-catia-grisa-e-paulo-niederle/>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

HARARI, Y. . The world after coronavirus. **Financial Times**. Tradução da versão espanhola (publicada por CPAL Social): Wagner Fernandes de Azevedo. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597469-o-mundo-depois-do-coronavirus-artigo-de-yuval-noah-harari>> Acesso em: 28 abr. 2020.

Revbea, São Paulo, V. 15, Nº 4: 128-147, 2020.

HIGUCHI, M.I.G.; KUHNEN, A.; PATO, C. (Orgs.) **Psicologia Ambiental em contextos urbanos**. 1ª ed. Florianópolis: Edições do bosque/CFH/UFSC, 2019. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/196574/Livro%20Psicologia%20Ambiental%20em%20Contextos%20Urbanos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 118, p. 189-206, 2003.

KARNAL, L. **O Mundo Pós-Pandemia: Relações Pessoais**. Entrevista concedida a CNN Brasil Novus Mídia S.A. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pDMAfc1ya1M>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

KAPLAN, R. The role of nature in the context of the workplace. **Landscape and Urban Planning**, v. 26, p. 193-201, 1993.

KUHNEN, A.; IMPROTA, R.L.; SILVEIRA, S.M. Comportamento humano e recursos naturais: qualidade e disponibilidade da água avaliadas pelos usuários. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 453-460, 2009.

LACERDA, A. C. **COVID-19 e a economia brasileira**. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/coronavirus/covid-19-e-a-economia-brasileira,82c4d2fd5d335aa8a1d955452b66d4108vybo8ci.html>>. Acesso em: 01 maio 2020.

MACHADO, A.A. Infecção pelo vírus Influenza A (H1N1) de origem suína: como reconhecer, diagnosticar e prevenir. **J. bras. pneumol.** vol.35 n.5, p.464-469, mai. São Paulo, 2009.

MARKENDORF, M.; FELIPPE, R. Ficções da peste: esboço para um estudo do imaginário ficcional das doenças. **Scripta Uniandrade**, v. 16, n. 1, set. 2018, p. 309-331. Curitiba, Paraná, Brasil.

MARQUES, R.M. Crise sanitária e crise econômica: O mundo em convulsão. Conselho Federal de Economia (CONFECON). **Rede Brasil Atual**, abril, 2020. Disponível em: <<https://observatoriodemocracia.org.br/2020/04/09/%ef%bb%bfcrise-sanitaria-e-crise-economica-o-mundo-em-convulsao/>>. Acesso em: 01 maio 2020.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS (MSF). **Ebola**. Disponível em: <<https://www.msf.org.br/o-que-fazemos/atividades-medicas/ebola>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

MELO, R.G.C. Psicologia ambiental: uma nova abordagem da psicologia. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 2, n. 1-2, p. 85-103, 1991.

MOSER, G. Psicologia Ambiental. **Estud. psicol.** (Natal), Natal, v. 3, n. 1, p. 121-130, 1998.

OPAS/OMS. Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde. **Proteção da Saúde Mental em Situações de Epidemias**, 2009. Disponível em: <<https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2009/Protecao-da-Saude-Mental-em-Situacoes-de-Epidemias--Portugues.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2020.

OPAS/OMS. Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde. **Folha informativa – COVID-19** (doença causada pelo novo coronavírus). Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875>. Acesso em: 01 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. COVID-19: OMS divulga guia com cuidados para saúde mental durante pandemia. *In: APA Offers Resources to Cope with COVID-19.* [S. l.], 2020. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/03/1707792>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

PATO, C.; DELABRIDA, Z.N.C. Proposta transdisciplinar em contextos formativos: chave mestra para a sustentabilidade. *In: HIGUCHI, M.I.G.; KUHLEN, A.; PATO, C (Orgs.) Psicologia Ambiental em contextos urbanos.* 1ª ed. Florianópolis: Edições do bosque/CFH/UFSC, 2019. p. 34-58.

PILOTTI, M. *et al.* Is Viewing a Nature Video After Work Restorative? Effects on Blood pressure, task performance, and long-term memory. **Environment and Behavior**, v. 47, n. 9, p. 947-969, 2014.

PONDÉ, L.F. **O Mundo Pós-Pandemia: Amizade e Família.** Entrevista concedida a CNN Brasil Novus Mídia S.A. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xF1mPBGb_To>. Acesso em: 25 abr. 2020.

RAANAA, R.K. *et al.* Benefits of indoor plants on attention capacity in an office setting. **Journal of Environmental Psychology**, v. 31, n. 1, p. 99-105, 2011.

REZENDE, J.M. **À sombra do plátano: crônicas de história da medicina.** 1ª ed. São Paulo: Editora Unifesp, 2009. 408p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

ROCHA, Z. Esperança não é esperar, é caminhar. Reflexões filosóficas sobre a esperança e suas ressonâncias na teoria e clínica psicanalíticas. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental.** São Paulo, v. 10, n. 2, p. 255-273, 2007.

SAMPAIO, J.R.C.; SCHÜZ, G.E. A epidemia de doença pelo vírus Ebola de 2014: o Regulamento Sanitário Internacional na perspectiva da Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Cad. Saúde Colet.** v. 24, jun. 2016, Rio de Janeiro.

SENHORAS, E.M. Coronavírus e o papel das pandemias na história humana. **Boletim de Conjuntura**, ano II, vol. 1, n. 1, Boa Vista, p-30-36, 2020. Disponível em: <<http://www.revista.ufr.br>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

Revbea, São Paulo, V. 15, Nº 4: 128-147, 2020.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Editora Cortez, 2007. 154p.

SILVA, A. C. M. A. Princípio constitucional da solidariedade. **Revista de Doutrina** da 4ª Região, Porto Alegre, n. 57, dez. 2013. Disponível em: <https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao057/AnaCristina_Silva.html> Acesso em: 27 abr. 2020.

SILVA, M.A.D. 'O baile dos ratos': a construção sociotécnica da peste bubônica no Rio de Janeiro (1897-1906). 2015. **Dissertação** (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo. 154f. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-17112015-125157/publico/2015_MatheusAlvesDuarteDaSilva_VOrig.pdf>. Acesso em: 01 de mai. 2020.

SILVA, A.A.M. Sobre a possibilidade de interrupção da epidemia pelo coronavírus (COVID-19) com base nas melhores evidências científicas disponíveis. **Rev. bras. epidemiol.** vol.23, n. 16, março, Rio de Janeiro, 2020.

SOUSA, A.L.; HIGUCHI, M.I.G. A força da natureza no ambiente de trabalho. *In*: HIGUCHI, M. I. G.; KUHNEN, A.; PATO, C. (Orgs.) **Psicologia Ambiental em contextos urbanos**. 1ª ed. Florianópolis: Edições do bosque/CFH/UFSC, 2019. p. 134-155. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/196574/Livro%20Psicologia%20Ambiental%20em%20Contextos%20Urbanos.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

THOMPSON, R. Pandemic potential of 2019-nCoV. **The Lancet. Infectious Diseases**. Vol. 20, Edição 3, p.280, 2020. Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/laninf/article/PIIS1473-3099\(20\)30068-2/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/laninf/article/PIIS1473-3099(20)30068-2/fulltext)>. Acesso em: 29 abr. 2020.

TUAN, Y. F. **Topofilia** – um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina, PR: Eduel, 2012. 342p.

WAAL, F. **A era da empatia**: lições da natureza para uma sociedade mais gentil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 392p.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Coronavirus disease (COVID-19) advice for the public**. Geneva: World Health Organization, 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

ZACARIAS, E. F. J.; HIGUCHI, M. I. G. Relação pessoa-ambiente: caminhos para uma vida sustentável. **Interações** (Campo Grande), v. 18, n. 3, p. 121-129, 2017.